

Direito Processual Penal

XX CONCURSO – 15.05.94

1ª Questão:

O auto de prisão em flagrante foi anulado, por não estar caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 302 do CPP. Pergunta-se:

- a) Qual a consequência da anulação?
- b) Pode o Ministério Público oferecer denúncia com base nas provas nele colhidas?

2ª Questão:

JOÃO e JOSÉ foram presos em flagrante, em lugares diferentes; aquele pela prática de roubo qualificado; este, pelo cometimento de furto simples. As provas colhidas dão conta da existência dos crimes, mas nada esclarecem sobre as pessoas dos detidos, seus bons ou maus antecedentes. Pergunta-se:

Que deve fazer o Juiz, em cada caso, se ambos pedirem a concessão da liberdade provisória?

3ª Questão:

PEDRO foi denunciado pela prática de furto, porque – como está na inicial – veio por trás de uma senhora e, de surpresa, arrancou o cordão de ouro que levava no pescoço, ferindo-a levemente. Pergunta-se:

Necessita o Juiz fazer alguma coisa, se quiser condenar PEDRO por roubo, por entender que o fato praticado caracteriza este crime?

XXI CONCURSO – 21.08.94

1ª Questão:

Ao receber a denúncia contra Antônio, pelo crime do art. 121, § 2º, I e IV, do C. Penal, o juiz decretou sua prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal, porque estava ele ameaçando testemunhas. Nas alegações finais anteriores à pronúncia a defesa, entre outras coisas, pediu a revogação da prisão, pois a prova já foi colhida e, portanto, deixou de existir o motivo da prisão.

Pergunta-se: Como o candidato decidiria o pedido de defesa?

2ª Questão:

Atendendo a que o art. 5º, LV, da Constituição Federal assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e ampla defesa – dizer se no inquérito policial deve-se observar o contraditório, a partir de 1988.

3ª Questão:

Maria, pessoa pobre, vítima de crime contra os costumes, de ação penal pública condicionada, representou ao MP pedindo para que sejam processados os autores, João e José:

Pergunta-se: Se houver prova de que Pedro também participou do crime, pode (deve) o MP incluí-lo na denúncia? Por quê?

XXII CONCURSO – 06.11.94

1ª Questão:

O MP oferece denúncia contra Antônio, por crime de lesões corporais gravíssimas. Todas as provas, sem exceção, mostram que Antônio agiu em legítima defesa.

Pergunta: que deve fazer o juiz? Por quê?

2ª Questão:

Sentindo-se caluniado, João entra com um pedido de explicações em juízo (CP, art. 144).

Pergunta: Este pedido previne a competência do juiz que ouve as explicações? Por quê?

3ª Questão:

Réu condenado por furto, à pena mínima. Apel do MP, visando ao aumento da pena.

Pergunta: Pode o Tribunal, em vez de prover o recurso do MP, absolver o réu, por entender que ele é inocente? Por quê?

XXIII CONCURSO – 30.04.95

1ª Questão:

Dizer, objetivamente, porque entende que a competência territorial ou de foro é, no processo penal, absoluta ou relativa.

2ª Questão:

Dizer, objetivamente, porque entende que cabe, ou não, ação penal privada subsidiária, na hipótese de inquérito policial arquivado: a) a pedido do Promotor de Justiça; b) por determinação do Procurador Geral.

3ª Questão:

Dizer, objetivamente, tendo em vista o disposto no art. 152 do CPP, porque entende que é, ou não é correta a solução adotada no art. 151 do mesmo Código.

XXIV CONCURSO – 17.12.95

1ª Questão:

O inquérito policial é um procedimento administrativo destinado principalmente a fornecer elementos para a propositura da ação penal. Por isso, as provas produzidas nessa fase não estão sujeitas ao crivo do contraditório, o que só ocorrerá quando repetidas em Juízo.

Pergunta-se: Os exames periciais dependem, ou não, de produção na fase judicial para valer como prova da ação penal? Por quê? Justificar.

2ª Questão:

No processo dos crimes dolosos contra a vida, concluída a instrução criminal e ofertadas as alegações finais, o Juiz poderá pronunciar, impronunciar, desclassificar a imputação penal ou absolver sumariamente o réu. Pergunta-se: No caso do réu ser impronunciado, será possível novamente processá-lo pelo mesmo fato delituoso? Quando isso poderá ocorrer? Justificar.

3ª Questão:

Nenhum processo é válido sem que o réu seja citado, isto é, chamado a Juízo para ver-se processar e acompanhar o feito até o seu desfecho final. Em algumas situações, no entanto, permite-se que este chamamento se faça pela forma ficta. Pergunta-se: No âmbito do

processo penal, quando é admissível a citação editalícia do réu e quais são as condições para a sua validade?

XXV CONCURSO – 09.06.96

1ª Questão:

O que você entende por ação penal privada subsidiária? Pode ser a mesma proposta quando o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial? Justificar a resposta.

2ª Questão:

Em se tratando de nulidade absoluta, pode o processo ser convalidado se a parte que alegou não demonstrou a ocorrência de prejuízo? Por quê?

3ª Questão:

O réu condenado a uma pena reclusiva, em regime inicial fechado, pela prática de um crime não hediondo, porém cometido com violência, pode obter a progressão para um regime prisional menos rigoroso, sem submeter-se ao exame criminológico? Por quê?

XXVI CONCURSO – 22.09.96

1ª Questão:

O pedido de absolvição previsto no art. 385 do CPP não equivale a uma desistência da ação penal pública muito embora zele o art. 42 do referido diploma pela sua indisponibilidade?

2ª Questão:

No tríduo previsto para a defesa prévia, o advogado constituído por indivíduo denunciado por roubo simples peticiona opondo exceção de incompetência do juízo, onde demonstra de modo inequívoco que contra o seu patrocinado, por aquele mesmo fato criminoso, já fora intentada, com bastante antecedência, ação penal idêntica numa Vara Criminal vizinha. Finaliza requerendo o acolhimento da declinatória **fori** a fim de que o processo seja remetido ao juízo dito competente: aquele no qual está em curso a ação paralela citada. Ouvida a seguir, a Promotoria concordou com a pretensão. Como solucionar o caso?

3ª Questão:

Patrocinando a causa de acusado pobre, um Defensor Público toma numa quarta-feira, juntamente com ele, ciência pessoal de sentença condenatória que impôs àquele réu 3 anos de reclusão por infringência do art. 304 do CP, permitindo ao mesmo recorrer em liberdade. Na quinta-feira da semana seguinte, o Defensor ingressa no feito com recurso em sentido estrito a favor do punido, postulando a reforma integral do julgado para a específica finalidade absolutória. Ao receber os autos com vista, o representante do MP, sem se pronunciar sobre o mérito da questão, opina pelo não recebimento do recurso, sustentando, com remissão ao parágrafo 4º do art. 593 do CPP, o seu incabimento, pois a espécie só comportaria apelação. Invoca por fim que, sob outro aspecto, seria ele também intempestivo porquanto ajuizado fora dos quinqüídio estipulados para as duas distintas manifestações recursais (arts. 586 e 593, ambos do CPP). Qual a decisão correta a tomar sobre a questionada admissibilidade?

XXVII CONCURSO – 23.02.97

1ª Questão:

Por que o Código de processo Penal não ostenta, no seu Título III, uma disposição específica sobre a inviolabilidade da ação penal pública no âmbito do concurso de agentes, como faz de modo expresso em relação à ação penal de iniciativa privada (art. 48), preferindo se relacionar com o tema, de forma genérica, na abordagem da continência?

2ª Questão:

O que levou o legislador a alterar recentemente o texto primitivo do art. 4º, caput, do Código de Processo Penal, dando-lhe a feição atual?

3ª Questão:

Perante a 37ª Vara Criminal desta Comarca, a Promotoria oferece denúncia contra cinco indivíduos, imputando-lhes os crimes previstos nos arts. 12 e 14 da lei 6368/76 e 334 do Código Penal, na forma do art. 69 deste último diploma, porque presos em flagrante no Morro da Caçapa, mantendo, associados, grande quantidade de cocaína num barraco, para comercializar, e um arsenal de armas de foro de fabricação estrangeira, com alto poder ofensivo, estas, por sinal, importadas clandestinamente do Paraguai pelo referido bando, conforme constatou a investigação policial. Se você fosse o magistrado em exercício naquela Vara, incumbido de apreciar tal peça acusatória, qual o juízo de prelibação que faria?

XXVIII CONCURSO – 24.08.97

1ª Questão:

O Juiz de uma Vara Cível desta Capital endereçou ofício ao Delegado da 14ª DP, no Leblon, acompanhado de peças de uma ação que julgou, requisitando a instauração de inquérito policial contra PAULO DA SILVA (art. 5º, II, do Código de Processo Penal) por emissão de cheque sem provisão de fundos (art. 171, par. 2º, VI, do Código Penal) objeto daquela demanda. Instaurado ali regularmente o inquérito, até porque a recusa do pagamento do título pelo sacado sucedeu naquela circunscrição, e enquanto ainda corria o prazo preambular da sua permanência na referida repartição policial (art. 10, última parte, Código de Processo Penal), um advogado impetrou HABEAS CORPUS em favor de PAULO perante Vara Criminal desta mesma Comarca a fim de trancar dito procedimento investigatório por falta de justa causa, alegando e demonstrando, mediante cópia fiel de recibo idôneo, haver sido quitado o analisado cheque há dois dias atrás. Solicitadas as informações, o Delegado afirmou, prestando-as, ter aberto tal inquérito em virtude do expediente recebido, já estando o original do recibo integrado aquele feito. Se você fosse o(a) magistrado(a) incumbido(a) de apreciar esse HABEAS CORPUS que solução adotaria?

2ª Questão:

JULIO DE SÁ foi preso e autuado em flagrante sob a imputação de roubo simples tentado praticado contra uma turista no calçadão da praia de Copacabana porque, depois de imobilizar aquela mulher com uma “gravata”, dela tirou cem dólares norte-americanos, sendo, contudo, detido em seguida, no quarteirão vizinho, por patrulheiros que viram a cena delituosa e o perseguiram com êxito, recuperando a importância, que foi restituída à vítima integralmente. Ao chegar a comunicação dessa prisão nas 24 horas seguintes à Vara Criminal sorteada por distribuição, o advogado de JULIO requereu em seu prol arbitramento de fiança, trazendo provas convincentes de possuir ele, o implicado, residência e emprego nesta cidade, além da condição de primário, invocando, ademais, que

a pena mínima **in abstrato da infração em mira é inferior a 2 anos de reclusão, pois, no cálculo oriundo da tentativa, de menor cominação prevista no art. 157 do Código Penal deverão ser abatidos 2/3 por obra da regra inserta no parágrafo único do art. 14 do mesmo diploma. Como você resolveria essa pretensão defensiva?**

3ª Questão:

Em uma quinta-feira, **JOAQUIM SOUZA** foi absolvido por um Tribunal do Júri deste Estado da acusação de homicídio simples, havendo a sessão respectiva se encerrado às 16:30 h.. Na terça-feira da outra semana, o mesmo Promotor que funcionou no julgamento protocolou apelação, inconformado com o veredito, pleiteando sua nulidade por entendê-lo manifestamente contrário à prova dos autos e solicitando vista para o oferecimento das razões. No dia seguinte, o defensor de JOAQUIM peticionou, sustentando que tal súplica recursal era intempestiva porque o quinquídio previsto pra tanto (art. 593, III, d, do Código de Processo Penal) se encerra na véspera (segunda-feira) porquanto começou a fluir na data da sessão de julgamento, onde esteve presente o representante do **Parquet** signatário da apelação, inexistindo qualquer feriado naquele período. Como você enfrentaria essa controvérsia, decidindo a admissibilidade do recurso?

XXIX CONCURSO – 15.02.98

1ª Questão:

Pode a relação processual ser provocada em sede penal mesmo quando extinta a punibilidade em relação à conduta visada? Ilustre a resposta com um exemplo.

2ª Questão:

HENRIQUE foi preso em flagrante e denunciado por furto qualificado, sendo-lhe negadas a fiança e a liberdade provisória em virtude de comprovada reincidência. Acabou condenado no juízo singular a 2 anos e 3 meses de reclusão, em regime fechado e sem sursis, conformando-se a acusação com tal julgado. O seu defensor, porém, apelou, em busca de absolvição, mas alegando também que HENRIQUE, no juízo a quo, deixou de ser submetido a exame de sanidade mental, embora houvesse admitido a sua demência no interrogatório ali efetuado. No segundo grau, o Relator, com o aval da douta Procuradoria, encaminhou HENRIQUE à Perícia Médica, proclamando os experts, então, que ele apresentava as condições do art. 26, caput do CP. Se você fosse o Relator da referida apelação, que solução adotaria, considerando ainda que, na data da respectiva sessão de julgamento, HENRINQUE, completará 2 anos, 2 meses e 27 dias de prisão cautelar pelo citado processo?

3ª Questão:

Verificando que um caso reúne os pressupostos objetivos para a outorga da suspensão condicional do processo prevista no art. 89 da Lei 9099/95 e o acusado as condições subjetivas para aceitá-la, o juiz, depois de receber a denúncia e diante do silêncio do Promotor, profere despacho, alertando para dita possibilidade. O representante do MP se nega laconicamente e sem qualquer explicação a fazer a proposta respectiva. Se os autos lhe fossem conclusos em seguida, como você decidiria esse impasse?

XXX CONCURSO – 02.08.98

1ª Questão:

O que a falta de um pressuposto de validade produz na relação processual penal? Fundamente a resposta com um exemplo.

2ª Questão:

É impugnável por contradição, nos termos do parágrafo único do art. 564 do Código de Processo Penal, o veredicto do Tribunal do Júri que, ao mesmo tempo considera um homicídio privilegiado pela violenta emoção e qualificado pelo uso de recurso que tornou impossível a defesa da vítima (art. 121, parágrafos 1º e 2º, IV, do Código Penal)?

3ª Questão:

Um Defensor Público impetra habeas corpus junto a uma Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, postulando a nulidade de decisão de Turma Recursal do Juizados Especiais Criminais porque não fora intimado pessoalmente para a Sessão de Julgamento da Apelação que a ensejou, já que a notícia de tal ato foi veiculada somente pela Imprensa Oficial. Fundamente a pretensão com o argumento de que o parágrafo 4º do art. 370 do Código de Processo Penal, com a atual redação determinada pela Lei nº 9.271/76, revogou o parágrafo 4º do art. 82 da Lei 9099/95. Se você fosse o Desembargador Relator desse habeas corpus que voto proferiria?

XXXI CONCURSO – 30.05.99

1ª Questão:

Os funcionários públicos Ataxerxes e Benevides foram denunciados por infração ao art. 312 caput do CP e, ao final, veio Ataxerxes a ser absolvido, remanescendo Benevides condenado a 2 anos de reclusão e 24 dias/multa no mínimo legal. O MP não recorreu, mas Benevides apelou, sendo que a Câmara Criminal anulou a sentença por ter ocorrido a postergação do art. 514 do CPP – Os autos baixaram à Vara Criminal de origem pra cumprimento do acórdão.

Como juiz do feito, dê o despacho ou decisão que reputar adequado.

2ª Questão:

A bordo de uma aeronave, da Aerolineas Argentinas, em vias de pousar no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro Antônio Carlos Jobim, determinado passageiro tenta matar uma das aeromoças, dando-lhe um tiro no peito. É preso em flagrante, sendo condutor o comandante da aeronave. As lesões sofridas pela vítima são graves.

Esclareça, fundamentadamente, qual o Juízo competente para o processo e julgamento.

3ª Questão:

Tendo oferecido denúncia por infração ao art. 12 da Lei 6368/76, o representante do MP, ao final, após a colheita da prova, requereu ao Juiz do feito a desclassificação da imputação para art. 16 da mesma Lei.

Como deverá agir o julgador, se entender inadequada tal desclassificação? E se concordar com ela?

XXXII CONCURSO – 28.11.99

1ª Questão:

João de Almeida, estando em uma festa na casa de um conhecido seu, na cidade de Petrópolis, subtraiu um relógio de ouro, um cordão também de ouro e um anel de brilhantes, os quais estavam em uma gaveta, e, dias após, os vendeu na cidade de Três Rios, respectivamente para Pedro, Cássio e Antônio, que sabiam da origem criminosa dos bens.

Apurados devidamente os fatos, explicita, justificadamente, a competência para o julgamento, na hipótese, considerando ser João de Almeida soldado aposentado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o qual prestava esporadicamente serviços ao Juízo Eleitoral de Cantagalo.

2ª Questão:

O que é foro de eleição? Dê exemplo.

3ª Questão:

Quem é o acusador particular de que cuidam os artigos 451 e 452 do CPP?

XXXIV CONCURSO – 27.05.01

1ª Questão

Ante o texto do inciso XXXVIII do artigo 5º da Constituição, seria constitucional lei que cometesse ao Tribunal do Júri a competência para o julgamento dos crimes contra as relações de consumo, por exemplo?

2ª Questão

Da decisão do Juiz do Juizado especial que, ao receber o termo circunstanciado da Autoridade Policial por crime de lesões corporais dolosas, julga extinta a punibilidade reconhecendo a decadência do direito de representação, o Ministério Público impetra Mandado de Segurança visando desconstituí-la.

Pergunta-se: Qual o Órgão julgador competente para conhecer e julgar este Mandado de Segurança impetrado contra o Juiz. Justifique a resposta.

3ª Questão

Declarada sua falência, Elesbão interpôs imediatamente o recurso previsto em lei. Sucede que o Promotor de Justiça, apesar de o recurso ainda não ter sido julgado, denunciou Elesbão. Você é o juiz. Receberá ou não a denúncia?

XXXV CONCURSO – 17.02.02

1ª Questão

O M.P. denunciou Elesbão por crime de homicídio duplamente qualificado, ocorrido em 1998. Recebida a denúncia e determinada a citação, foi ele procurado em todos os endereços disponíveis, não sendo encontrado. Citado por edital, não compareceu ao interrogatório nem constituiu advogado para promover sua defesa. Nas circunstâncias, o Juiz de Direito adotou a solução processual pertinente. Na permanência desta solução, o M.P. requereu fossem ouvidas todas as testemunhas arroladas na denúncia, ao argumento de que não era possível esperar-se muito tempo, vez que, além da possibilidade de esquecerem aspectos importantes do crime, estavam sujeitas à morte em face de sua própria condição humana. Decida, objetivamente, a questão.

2ª Questão

O M.P., ao mesmo tempo em que oferecia denúncia contra Aarão e Benedito - brasileiros, casados, endereços determinados, comerciantes estabelecidos, primários e sem antecedentes - na qualidade de sócios gerentes da micro-empresa XYZ Comestíveis por infração ao art. 7º, II e IX da lei 8.137 de 27.12.90, representou para a prisão preventiva de ambos. Profira decisão fundamentada.

3ª Questão

1. Que é e dê exemplo:
 - a. deserção;
 - b. precatória itinerante;
 - c. sentença citra petita;
 - d. continência;
 - e. prova contaminada (“fruit of the poisonous tree”)

XXXVI CONCURSO – 01.09.02

1ª Questão

Elesbão, advogado, foi vítima de um crime de abuso de autoridade, e quer adotar as providências pertinentes. Examina a Lei nº 4.898/65, cujo artigo 9º dispõe: *“simultanemente com a representação dirigida à autoridade administrativa ou independentemente dela, poderá ser promovida pela vítima do abuso a responsabilidade civil ou penal da autoridade culpada”*. Reflete sobre isto e oferece uma queixa em face da autoridade. O juiz:

- a) Recebe a queixa, porque a lei estabelece expressamente hipótese de substituição processual?
- b) Recebe a queixa, porque a vítima tem legitimidade acionária extraordinária e concorrente com a do Ministério Público?
- c) Não recebe a queixa?

2ª Questão

A Lei nº 10.259/01 passou a considerar infrações de menor potencial ofensivo *“os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, ou multa”*, vedando sua aplicação *“no juízo estadual”* (arts. 2º, parágrafo único, e 20, parte final).

Em que Juízo será processado e julgado um crime de desacato, praticado em face de um policial federal? E se se cuidar de um policial militar estadual?

3ª Questão

O Promotor de Justiça com atribuição junto ao Juízo único de Porciúncula (onde o candidato é seu Juiz de Direito) ofereceu denúncia em face de Abílio, Benedito e Cândido, imputando aos dois primeiros o crime do art. 12 c.c. 18, III, da Lei nº 6368/76, e ao terceiro, o do art. 16 do mesmo diploma legal.

- a) Dê a decisão ou despacho que reputar adequados frente aos comandos da legislação em vigor, tendo em conta que Abílio, 26 anos, em sede policial, se afirmou usuário há três anos, confessando que traficava para ter recursos para adquirir a cocaína que usava; Benedito, 19 anos, se afirmou dependente, viciado que seria desde os 17 anos de idade; e Cândido, que estava adquirindo o entorpecente da dupla, a primeira vez que assim procedia, pretendendo seu consumo.
- b) Designe, de forma adequada, audiência de instrução e julgamento, determinando as providências ou diligências que entender necessárias.

XXXVII Concurso – 27.04.03

1ª Questão

Você está presidindo um julgamento pelo Júri Popular e se depara com a seguinte situação: A hipótese concreta em julgamento prende-se a duas tentativas de homicídio, uma qualificada pela motivação torpe e outra simples, em cúmulo material, ocorrendo, em ambas, lesões nas vítimas.

Submetida a primeira série de quesitos a votação dos jurados, referente à vítima A, o Conselho de Sentença, respondendo por maioria de votos o primeiro quesito, afirma que o réu X, no dia, hora e local referidos, efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima A, nela causando as lesões descritas no auto de exame de corpo delito de fls. Contudo, ao apreciar o item “a”, do segundo quesito, por unanimidade de votos, o Conselho de Sentença negou que o réu X, assim agindo, tivesse dado início ao cometimento de um crime de homicídio.

PERGUNTA-SE:

1. Qual o procedimento a ser tomado pelo Juiz Presidente daí para frente, posto que ainda abertos o item “b” do referido segundo quesito, ou seja, a indagação se o crime não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do réu X, seguindo-se os quesitos da tese defensiva e os do libelo?
2. E os quesitos referentes à segunda série, quanto à vítima B, como deverá proceder o Juiz Presidente?
3. Analise todas as hipóteses cabíveis, dando a solução para o caso.

2ª Questão

Num processo em que o réu está denunciado pela prática do crime previsto no artigo 214 (duas vezes), c/c o artigo 226, II, todos do Código Penal, após concluída a instrução do feito, ao deduzir suas alegações finais, a Promotoria de Justiça pede a absolvição do réu, ao fundamento de que incide, na hipótese, a regra do artigo 386, VI, do Código de Processo Penal, no que foi prestigiada pela defesa. Conclusos os autos, como Juiz da causa, você proclama uma decisão condenatória, repelindo o pedido absolutório.

Ao ser intimado da sentença o Ministério Público, por seu Promotor de Justiça, recorre da decisão condenatória e pede a absolvição do réu, postulando pela reforma da mesma. A defesa também recorre no mesmo sentido.

PERGUNTA-SE:

1. Você, como Juiz da causa, receberia os dois recursos, até porque tempestivos? Justifique.
2. O Ministério Público, como titular de um direito público subjetivo do Estado, qual o direito de punir, tem legitimidade para recorrer em favor do réu? Justifique.
3. O Ministério Público, em favor do réu, tem interesse em recorrer? Justifique à luz dos artigos 577, parágrafo único; 257; 385 e 654, todos do Código de Processo Penal.
4. Conclua sustentando o seu ponto de vista e apontando, caso conheça, posições divergentes.

3ª Questão

O Ministério Público ofereceu denúncia imputando a determinado réu a transgressão dos artigos 330 e 331, ambos do Código Penal.

O Juiz de Direito competente ao apreciar a vestibular acusatória a rejeitou, sustentando, em sua decisão, que nas hipóteses onde há possibilidade da suspensão condicional do processo a denúncia não pode ser recebida porque faltaria, nos termos do artigo 43, III, do Código de Processo Penal, condição estabelecida na lei n. 9.099/95 para o regular exercício da mesma, ou seja, o não cabimento da suspensão condicional do processo. Portanto, ao ver do Magistrado, a situação impeditiva da suspensão estaria equiparada a uma condição de ação, enquanto, “mutatis mutandis”, aquela outra permissiva da mercê caracterizaria a falta daquele pressuposto, inviabilizando a demanda.

Inconformado o Ministério Público interpõe recurso em sentido estrito contra tal decisão, com espeque no artigo 581, I, do Código de Processo Penal.

Você assume a Vara e encontra o feito neste estado.

PERGUNTA-SE:

O recurso do Ministério Público deve ser recebido e provido para cassar a decisão que não recebeu a denúncia? Justifique, fundamentadamente, abordando se o conceito sobre a suspensão condicional do processo atua ou não na órbita do princípio da indisponibilidade da ação pública, limitando-o por expressa manifestação de vontade do Ministério Público, ou sobre o princípio da legalidade ou obrigatoriedade que rege esse tipo de ação desde o seu nascimento.